

RECENSÕES

HOHLFELDT, A (Org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001. 277 p.

Recensão elaborada por Maria das Graças Targino, Doutora em Ciência da Informação e Professora da Universidade Federal do Piauí

Articulação teórica e não “camelagem pedagógica”

Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências, coletânea organizada por Antonio HOHLFELDT; Luiz C. MARTINO e Vera Veiga FRANÇA, com a colaboração de Giovandro Marcos Ferreira; Carlos Alberto Araújo; Francisco Rüdiger; Ana Carolina Escosteguy; Juremir Machado da Silva e Christa Berger (todos vinculados a universidades brasileiras das regiões Sul e Sudeste) passa a ser obra obrigatória nos cursos brasileiros de comunicação social, qualquer que seja sua habilitação. Não que se trate de uma edição perfeita. Ao contrário. Segundo os próprios organizadores, é um livro em processo, ou seja, aberto a sugestões e críticas para nova edição. Sua “obrigatoriedade” vincula-se à escassez de publicações nacionais “de fôlego” em relação à teoria ou teorias da comunicação, temática esta que, em qualquer circunstância, constitui tarefa difícil, a partir da complexidade e abrangência dos próprios termos - teoria e comunicação.

Aqui, é imprescindível uma observação. Ao mesmo tempo em que os autores afirmam que “...é o primeiro livro de Teoria da Comunicação, em sentido estrito, destinado a professores e alunos de Teoria da Comunicação, em nível de graduação” (p. 7), acrescentam que não se enquadra como publicação didática no sentido restrito do termo, “porque não pretendeu seguir os modelos dos livros didáticos de 1º e 2º graus [e] nem se trata de um livro de ensaios...” (p. 7), o que soa como paradoxal, haja vista que, destinando-se à disciplina citada, necessitaria incorporar características essencialmente didáticas. No entanto, comete equívocos similares aos de outras coletâneas acadêmicas: a fragmentação das partes, a repetição e/ou superposição de conteúdos, a falta de harmonia em seu todo e a estrutura diferenciada dos capítulos são perceptíveis. Exemplificando: (1) a concepção de comunicação aparece em diferentes capítulos; a teoria crítica também é abordada em momentos diferentes (capítulos cinco - parte 1 e dois - parte 2); (2) a expressão - artigo - consta de alguns capítulos, como dois e cinco - parte 1, o que, pode parecer um detalhe, mas revela a desarticulação entre partes; (3) em termos estruturais, os capítulos não são harmônicos: os sistemas de citação e referência, a indicação de titulação, o uso de notas de rodapé apresentam-se variados.

RECENSÕES

Ademais, sem que isto reduza o valor da publicação, contrariando as expectativas dos discentes no sentido de uma publicação não wolferiana, seus 11 capítulos agrupados em dois blocos - parte 1 (capítulos um a cinco) e parte 2 (capítulos um a seis), invariavelmente, fazem alusão a Mauro Wolf (1994), com raras exceções, ou mais precisamente: capítulos um e quatro (parte 1) e capítulos dois, três e seis (parte 2). De qualquer forma, é uma abordagem mais acessível aos universitários, pois se é impossível não valorar Wolf, é hipocrisia negar o “temor” dos universitários brasileiros em relação à sua obra *Teorias da comunicação*. Em termos de conteúdo, a parte inicial disserta sobre a epistemologia e origens históricas do processo de comunicação. A seguinte, sobre as correntes teóricas, paradigmas e tendências da área.

O primeiro dos capítulos (L. C. Martino, *De qual comunicação estamos falando?*) prioriza a polissemia do termo comunicação, a partir de sua etimologia *communicatio*. Enfoca, ainda, o estado de dicionário, com a exploração de sete significações mais usuais, a partir das quais, Martino estabelece excelente distinção entre informação e comunicação, objeto de polêmica nos eventos científicos das áreas de ciência da informação e comunicação:

“... não temos comunicação sem informação, e, por outro lado, não temos informação senão em vista da possibilidade dela se tornar comunicação. (...) [E] uma informação é comunicação em potencial (grifo do autor), se levarmos em conta a sua capacidade de ser estocada, armazenada (codificada) e reconvertida num segundo momento (decodificada).” (p. 18).

A seguir, *Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação*, do mesmo autor, discute a questão da interdisciplinaridade, a partir da premissa de que a natureza interdisciplinar da comunicação não dispensa a necessidade de definição de seu objeto. Ao contrário. Reforçando W. Schramm, para quem a comunicação é uma espécie de encruzilhada, pela qual, muitos passam e poucos permanecem, Martino busca a especificidade do trabalho do comunicólogo como disciplina autônoma, lançando, a início, perguntas desafiadoras, como estas: em que medida a análise do discurso não é obra do filósofo, do literato ou do linguista? A formação da opinião pública e os conflitos ideológicos não se inserem na esfera da sociologia ou das ciências políticas? Os signos não são temas da psicologia ou da filosofia do conhecimento?

Se a comunicação busca se consolidar como disciplina, não pode figurar apenas como intersecção passiva ou simples efeito de diferentes orientações do saber. Sua interdisciplinaridade deve ser exigência do próprio objeto, o que demanda, por conseguinte, a explicitação deste objeto. Após argumentos sólidos, o autor infere que os estudos de comunicação giram em torno dos meios de comunicação, ou seja, estes se configuram como o elemento que melhor caracteriza o

RECENSÕES

objeto da comunicação, até porque se estão presentes noutras disciplinas, não constituem o objeto de estudo particular de nenhuma delas.

O *objeto da comunicação/a comunicação como objeto* (V. V. França) retoma a conceituação da comunicação e seu objeto, a partir do fato incontestável de que a comunicação, enquanto processo social, sempre existiu na história da humanidade: “A modernidade não descobriu a comunicação- apenas a problematizou e complexificou seu desenvolvimento, promovendo o surgimento de múltiplas formas e modulações na sua realização.” (p. 41).

Repetindo o autor anterior, França lembra que as dificuldades mais graves da comunicação são as inconsistências na construção de seu objeto de estudo. Os fatos e práticas que constituem objeto de estudo da comunicação (atividades profissionais distintas; diferentes veículos; linguagens distintas etc.) possuem características tão particulares, que é utopia imaginar a adoção de esquemas conceituais capazes de incorporar, satisfatoriamente, tal pluralidade. E mais, há mutação sistemática do objeto empírico, graças à alteração das práticas comunicacionais, resultante das inovações tecnológicas que atingem a sociedade contemporânea, a cada instante, aliado ao fato de que a comunicação apresenta recortes passíveis de estudo por outras disciplinas. Esta herança de múltiplos olhares enriquece a percepção, mas, paradoxalmente, dificulta a integração teórica e metodológica da comunicação. Aliado aos dois fatores ora discutidos (ambos ligados à diversidade), há o agravante de que os estudos em comunicação estão sujeitos a modismos.

Na realidade, França extrapola a sua proposição inicial (objeto da comunicação e a comunicação como objeto), apresentando breve panorama histórico dos primeiros estudos e das correntes da comunicação, descritos, de forma mais consistente, em trabalhos posteriores. De qualquer forma, mostra que o corpo teórico da comunicação apresenta-se fragmentado, tanto no que se refere à heterogeneidade dos aportes, quanto na diversidade de suas práticas: “*É possível, apesar disso, torná-lo enquanto tal - um domínio científico específico? O elenco de estudos que compõem o que chamamos ‘teoria’ ou ‘teorias da comunicação’ pode começar a ser visto como uma nova disciplina ou campo científico particular?*” (p. 50). A dúvida continua!

A. Hohlfeldt, em *As origens antigas: a comunicação e as civilizações*, discorre sobre a relação entre os processos comunicacionais e o desenvolvimento dos povos, retomando, *en passant*, a concepção de comunicação, abordada, antes, por Martino e França. Tomando como base a sociedade ocidental, disserta sobre o fenômeno comunicacional em sua relação com o desenvolvimento tecnológico e científico, avanços culturais e sociais, em cinco momentos, que vão desde a Grécia (século V aC) até o momento atual. A cada época, face às suas peculiaridades, correspondem sistemas de comunicação distintos, sendo eviden-

RECENSÕES

te que o processo desenvolvimentista das nações depende de um sistema eficiente de comunicação.

Dando continuidade às colocações do trabalho anterior, *As origens recentes: os meios de comunicação pelo viés do paradigma da sociedade de massa* (G. M. Ferreira) discute a chamada sociedade de massa. Traça o percurso entre sociedade moderna e sociedade de massa e, para tanto, lança mão da versão de vários estudiosos (É. Durkheim, F. Tonnies, M. Weber, K. Marx, A. Tocqueville). Todos evidenciam que a sociedade moderna perde o sentimento de pertencimento e dá lugar ao homem-massa, amorfo, insensível aos valores coletivos, atomizado e “recluso em seu espaço privado”, porquanto os espaços públicos são, então, refuncionalizados, seguindo uma lógica de “privatização”. É a sociedade industrial do século XX, vista como uma multidão, cujos indivíduos estão isolados física e psicologicamente e as relações interpessoais, quando existem, não são importantes no processo comunicativo.

Neste contexto, os meios de comunicação visam refazer a ligação dos indivíduos com a sociedade. E então, para exemplificar o funcionamento do paradigma da sociedade de massa, Ferreira trata de quatro abordagens presentes ao longo do século passado nos estudos dos media: teoria hipodérmica, teoria crítica, espiral do silêncio e *agenda setting*, todas discutidas em capítulos posteriores.

A partir do próprio título, *A pesquisa norte-americana*, evidencia-se a proposta de C. A. Araújo, no sentido de expor a pesquisa na área de comunicação nos EUA. De início, cita tendências do início do século XX, entre os anos 20 a 40, mostrando que estas iniciativas são limitadas até o decênio 60, face à hegemonia dos estudos denominados de *Mass Communication Research* (MCR), reunindo abordagens e autores distintos, mas mantendo características básicas, exaustivamente discutidas no texto. Também descreve os três eixos que integram os MCR, quais sejam: Teoria Matemática da Comunicação, Corrente Funcionalista e É possível que o leitor recorra a Wolf (1994), para maior compreensão do conteúdo de *A Escola de Frankfurt*, sob o encargo de F. Rüdiger, cujo conteúdo aparece diluído, em textos anteriores. O autor enfoca a Escola em seus dois momentos principais. A princípio, T. Adorno, M. Horkheimer, E. Fromm, H. Marcuse, além de W. Benjamin e S. Kracauer. Posteriormente, J. Habermas. Rüdiger dissecou o conceito de indústria cultural e as discussões daí advindas, segundo as idéias de Adorno, Horkheimer e Marcuse, para identificar a “...conversão da cultura em mercadoria, ao processo de subordinação da consciência à racionalização capitalista” (p. 138), ocorrido nas primeiras décadas do século passado. O autor é, particularmente feliz, ao final do seu texto, quando faz uma reflexão sobre as críticas e contra-críticas que surgem na área de comunicação quanto aos possíveis ideais apocalípticos contidos na Teoria Crítica e suas diferentes interpretações.

RECENSÕES

O capítulo *Os estudos culturais* (A. C. Escosteguy) retrata o tema *cultural studies*, sob um recorte que privilegia as conexões entre *mass media* e cultura popular. Apresenta sua trajetória, das origens até a atualidade, enfatizando sua origem britânica. Chama a atenção, mais uma vez, para a complexidade do objeto da comunicação e seu caráter interdisciplinar, o que os estudos culturais só reafirmam, face à multiplicidade de seus objetos de estudo.

O *pensamento contemporâneo francês sobre a comunicação*, sob a responsabilidade de J. M. da Silva, traz uma síntese do pensamento francês na área, embora reconheça, desde o início, que se trata de uma tarefa-desafio. Isto porque, em sua visão, inexistia uma “*escola francesa*”. Há nomes díspares de intelectuais que, em momentos diversos, refletem sobre a comunicação. Entre eles: R. Barthes, P. Bourdieu, E. Morin, J. Baudrillard, P. Lévy, R. Debray, M. Maffesoli, M. Foucault e L. Althusser, todos muito citados em estudos comunicacionais, produzidos no Brasil. E, de fato, a questão dos estudos franceses é muito controversa, uma vez que eles não produzem teorias, mas críticas às instituições de comunicação, as quais se situam no campo da sociologia da cultura. A comunicação é um tema recorrente, simplesmente porque as instituições de comunicação ocupam papel relevante no cenário cultural contemporâneo, mas em nenhum desses autores a comunicação é um tema central. Como consequência, o que Silva consegue é tão-somente reafirmar sua preocupação inicial, qual seja:

“*Como homogeneizar o que é heterogêneo por definição e escolha? Como agrupar pensadores que sempre fizeram questão de combater-se? Como dar unidade ao que sempre buscou a diversidade? Como conectar o que nunca passou de simulação de rede? Como teorizar o que não se apresenta sob a forma de teoria? Como justapor recortes?*” (p. 171).

Isto porque o autor, ao mesmo tempo em que tenta apontar a falta de harmonia do pensamento francês, constrói, ele próprio, um texto, que carece de encadeamento lógico, até para melhor apontar a heterogeneidade dos estudos. Seu capítulo é, basicamente, um recorte, sem justaposição adequada.

Hohlfeldt figura, mais uma vez, como autor, no capítulo *Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação*, abordando, desta vez, perspectivas contemporâneas, especificamente, *agenda setting*, *newsmaking* e espiral do silêncio. As duas primeiras desenvolvidas, na coletânea, por G. M. Ferreira, e também, satisfatoriamente, por Wolf (1994). Talvez, seja o capítulo mais longo da publicação, mas é um excelente texto. Evidencia que as alternativas teóricas em torno do processo comunicacional são quase infinitas.

A princípio, destaca os pressupostos da hipótese de *agenda setting*, enriquecidos por uma série de exemplos, sempre de cunho político, uma vez que política e políticos são bastante sensíveis ao agendamento. Quanto ao *newsmaking*, como o termo sugere, destaca a produção de informações, ou seja, a transmutação

RECENSÕES

dos acontecimentos cotidianos em notícia. A espiral do silêncio, desenvolvida por Elisabeth Noelle-Neumann, desde 1972, tem como fundamento a percepção seletiva e retoma a concepção de acumulação provocada pelos meios de comunicação (essência de *agenda setting*), com o intuito de posicionar a mídia como onipresente no processo de formação de opinião.

Finaliza a coletânea, *A pesquisa em comunicação na América Latina*, de C. Berger, para quem, “São demandas políticas e sociais, mais do que inquietações científicas...” (p. 241), o que estimula a produção de conhecimento em comunicação na América Latina, o que se aplica aos MCR (EUA), cuja motivação central é o impacto social da mídia e à Escola de Frankfurt, que tem, no nazismo, sua fonte de inspiração. Em se tratando da América Latina, a dependência estrutural, que acarreta uma cultura do silêncio e da submissão, mas também, de resistência e luta, constitui o “*pano de fundo*” da busca para compreender a comunicação. Para a consecução de seu objetivo, a autora historia três elementos - centros de estudos, publicações e autores.

Enfim, o lançamento de *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências* representa tentativa válida de oferecer ao aluno de graduação em comunicação, uma publicação de cunho generalista. Neste sentido, sugere-se aos autores não apenas maior atenção aos detalhes constantes do início desta análise, como também, a elaboração de índices de assunto e onomástico, para imprimir maior dinamismo à publicação, que, sem dúvida, tem significativa representatividade no combate à “*camelagem pedagógica*”, retomando o papel da universidade enquanto centro pensante e responsável por uma articulação teórica consistente, dentro do prescrito por Pereira (1990, p. 9-11):

“...se a [universidade] é o lugar onde se deve cultivar a teoria (juntamente com a prática (grifo nosso) no ensino, na pesquisa (...)) ela curiosamente parece refletir hoje uma espécie de ‘neurose’ ou fobia teórica.

“...o conceito de professor eficiente passa a ser o que dá aulas leves e não cansa, vale dizer o que não exige labor; pesquisa; articulação teórica. O trabalho teórico da leitura, da pesquisa, da discussão e crítica passa a ser substituído pela ‘camelagem pedagógica’...”

REFERÊNCIAS

PEREIRA, O. *O que é teoria*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. 90 p.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1994. 247 p.